

ACTA nº 59/XII/ 2.ª SL

Em 2 de outubro de 2012, pelas 17 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte

Ordem do Dia:

(1ª parte)

Audiência com a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses - Presidente Embaixador José Vieira Branco.

(2ª parte)

1. Informações.
2. Aprovação do Relatório de Atividades da Comissão, referente à XII Legislatura – 1ª Sessão Legislativa.
3. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Lei nº 95/XII/2ª - Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, bem como a alterar a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro – (*a pedido da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*);

Proposta de Resolução nº 47/XII/2ª - Aprova o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 10 de dezembro de 2008.

4. Apreciação de pareceres:

Proposta de Resolução nº 42/XII/1ª - Aprova o Acordo Intercalar para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e a Parte África Central, por outro, assinado em laundé, em 15 de janeiro de 2009 e em Bruxelas em 22 de janeiro de 2009. (BE);

Proposta de Resolução nº 43/XII/1ª - Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 2002, Deputada Relatora Mónica Ferro (PSD).

5. Aprovação da ata nº 58, da reunião de 25 de setembro de 2012.

6. Outros assuntos.

Depois de verificado o quorum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com a

1ª Parte da reunião, que foi gravada e cujo registo áudio faz parte integrante da ata.

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Embaixador José Vieira Branco, Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, cuja audiência enquadrou no pedido recebido.

O Senhor Embaixador José Vieira Branco, Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses cumprimentou e agradeceu a reunião com o Senhor Presidente e os Senhores Deputados da Comissão, e interveio.

Intervieram os Senhores Deputados Maria de Belém Roseira, Carlos Gonçalves, Basílio Horta, João Ramos e Paulo Pisco, que saudaram e interrogaram

o Senhor Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, que respondeu, sucessivamente, a cada interveniente.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações recebidas e encerrou a audiência.

A reunião foi interrompida, pelas 18h10, para permitir a saída da sala de reunião do Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, tendo a Comissão reiniciado, de imediato, os seus trabalhos com a

2ª Parte da reunião, com o

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração o projeto de Relatório de Atividades da Comissão, referente à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, tendo o Senhor Deputado João Ramos feito um reparo pontual, após o que o Senhor Presidente da Comissão colocou o projeto de Relatório à consideração dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP, que, não havendo outras reservas, se considerou, assim, aprovado.

Ponto nº 3 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou terem dado entrada na Comissão:

- a Proposta de Lei nº 95/XII/2ª - Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, bem como a alterar a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro – *(a pedido da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)*, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PS, que elaborará o respectivo parecer, e

-a Proposta de Resolução nº 47/XII/2ª - Aprova o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 10 de dezembro de 2008, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer.

Ponto nº 4 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou que o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares teve que se ausentar para reunião de outra comissão, mas que tinha apresentado o projeto de parecer relativo à Proposta de Resolução nº 42/XII/1ª - Aprova o Acordo Intercalar para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e a Parte África Central, por outro, assinado em laundé, em 15 de janeiro de 2009 e em Bruxelas em 22 de janeiro de 2009, dialogando sobre a oportunidade de apreciação deste projeto de parecer com os Senhores Deputados Maria de Belém Roseira, Mónica Ferro, Paulo Pisco e Lino Ramos, após o que

o Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração o projeto de Parecer em causa, que foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

A Senhora Deputada Mónica Ferro apresentou, detalhadamente, o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relatora da Proposta de Resolução nº 43/XII/1ª -

Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 2002.

A Senhora Deputada Maria de Belém Roseira saudou a Senhora Deputada Relatora, cujo Parecer elogiou e salientou a importância dos Direitos Humanos internacionalmente, nomeadamente quanto à produção de bens e seu comércio internacional.

O Senhor Deputado João Ramos dialogou neste sentido com o Senhor Presidente da Comissão, que adiou a votação deste projeto de Parecer para a próxima reunião.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou estar em apreciação a ata nº 58, da reunião de 25 de setembro de 2012, que colocou à consideração dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP, e que, não havendo reservas, se considerou, assim, aprovada.

Ponto nº 6 da OD

O Senhor Presidente da Comissão deu conhecimento da necessidade de reajustar as datas das reuniões perante o calendário orçamental divulgado, e informou que a próxima reunião da Comissão terá lugar em 10 de outubro, de manhã.

A Senhora Deputada Maria de Belém Roseira propôs um almoço, caso haja orçamento disponível, com o Embaixador da China ou a sua vinda à Comissão.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2012.

O Presidente da Comissão

(Alberto Martins)